

Onze mil emendas forçam realocação de verbas

por Marta Solomon
de Brasília

Tirando dinheiro até do cafezinho servido nos ministérios, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou ontem remanejamento de recursos de NCz\$ 2,05 bilhões no orçamento fiscal de 1990. Para atender a novos pedidos de recursos feitos em 11 mil emendas apresentadas pelos parlamentares, o relator geral Eraldo Tinoco (PFL/BA) propôs a criação de um "programa especial", lançando mão de mudanças no cálculo da correção dos valores orçamentários expressos em valores de maio deste ano.

"O programa não serve para outra coisa senão enrolar o eleitor", criticou o deputado Cesar Maia (PDT/RJ). Ele apostava que o Executivo vetará a proposta. Para conseguir NCz\$ 1 bilhão para os pedidos dos parlamentares, Tinoco propôs, na prática, um novo corte nas despesas orçamentárias em geral.

Segundo a proposta do relator, seria aplicado um redutor inicial de 20% na correção monetária das despesas previstas. O projeto do governo já prevê a

aplicação de um redutor de 10% no período de janeiro a junho.

"O dispositivo é inconstitucional", ataca o deputado José Serra (PSDB/SP): ele lembra que a Constituição só prevê o deslocamento de receita mediante anulação de despesa no valor correspondente.

No ano que vêm, os ministérios e órgãos públicos terão que apertar a economia de cafezinho, papel, telefone, luz e combustível, para cobrir despesas do Poder Judiciário, que ficaram sem cobertura orçamentária por conta de divergências na interpretação da Constituição — a Comissão aprovou corte de 5% nas verbas de custeio do governo.

Escaparam do corte a área da educação, que trabalha no limite das exigências constitucionais, e a área militar, que já tinha sofrido cortes nos investimentos. O corte de 5% nas verbas de custeio deverá gerar NCz\$ 600 milhões, a preços de maio.

Até o início da noite, os parlamentares da comissão tinham mantido os cortes iniciais de NCz\$ 450 milhões na proposta de governo para aplicação e projetos que consideram mais importantes. Deste total, NCz\$ 350 milhões foram cortados das dotações dos ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Pelo remanejamento global aprovado pela comissão, as áreas mais beneficiadas são a geração de energia elétrica, a construção e manutenção de estradas e projetos de irrigação. Só o sistema Eletrobrás recebeu mais NCz\$ 300 milhões.

Com a aprovação do relatório preliminar, a Comissão apenas definiu o caminho para o trabalho dos relatores setoriais, o que estava previsto para acontecer um mês atrás. Diante das dificuldades, o deputado Firmo de Castro (PMDB/CE) propôs, ontem, aprovar um orçamento provisório, apenas para os primeiros meses do ano. O novo governo apresentaria, então, uma segunda proposta orçamentária para 1990. A lei de diretrizes orçamentárias determina que o Congresso não pode entrar em recesso antes de aprovar o orçamento.